

UMA ANÁLISE CRÍTICA DO NEOCONSTITUCIONALISMO A LUZ DA ADPF 347/2015 E AS VIOLAÇÕES NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

*Beathriz Rodrigues Lourenço
Pedro Rafael Deocleciano Malveira*

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a construção da teoria hermenêutica do neoconstitucionalismo e qual a sua influência para a formação do fenômeno do estado de coisas inconstitucional, que figura como um abuso sistemático de direitos, que colide com as diretrizes e bases normativas traçadas na constituição, base do sistema jurídico. O objetivo central do trabalho é analisar casuisticamente, no que concerne a ADPF 347/2015, que deflagrou o estado de coisas inconstitucional no Brasil e qual a contribuição trazida por esta nova interpretação constitucional aplicada pelos magistrados, para a formação desse fenômeno. Além disso, destacando o motivo pelo qual, a mera deflagração do abuso sistêmico de direitos, não foi suficiente para romper com esta ilegalidade, fazendo uma análise prática, durante a pandemia do vírus SARS-COV-19, que trouxe à tona o descaso com o qual a situação carcerária, ainda é tratada no Brasil. Trata-se de um estudo, que fomentou uma análise prática, a luz do requerimento formulado pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD, no qual a organização requer dentro da ADPF-347/2015 a liberdade daqueles detentos, que se encontram em situação de risco, podendo contrair e disseminar o vírus COVID-19, e com isso intensificar a situação de caos, dentro das penitenciárias brasileiras, aumentando a vulnerabilidade daqueles que estão à margem da sociedade. Em julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, o requerimento foi analisado pela turma de ministros, e indeferido por falta de legitimidade processual do requerente, no que pese em sede de decisão monocrática o Min. Marco Aurélio já ter destacado a importância da adoção de medidas de proteção pelos juízos da execução penal. Tal decisão, reacendeu os debates jurídicos e demonstrou as limitações que o estado de coisas inconstitucional traz, haja vista a ausência de meios que afastem o abuso de direito, necessitando assim, de uma atuação mais efetiva do Estado, a fim de garantir a segurança jurídica e a rigidez constitucional.

PALAVRAS-CHAVE: Neoconstitucionalismo. Estado de Coisas Inconstitucional. Segurança Jurídica. Sistema Penitenciário. Pandemia
